

CARLOS ALBERTO MÁXIMO PIMENTA

carlospimenta@unifei.edu.br

Instituto de Engenharia de Produção e Gestão,
Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, Brasil

CULTURA E DESENVOLVIMENTO. APONTAMENTOS SOBRE A AGENDA *CULTURA 21: AÇÕES*

RESUMO

O desafio que aqui se apresenta é o de trazer subsídios teóricos para práticas no campo das políticas culturais. Este esforço visa apresentar a relevância do documento *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015) na definição de políticas culturais em Portugal para a década 2020–2030. O objetivo desta pesquisa foi identificar a correlação entre os enunciados contidos na agenda da *Cultura 21: Ações* e o campo de conhecimento sobre cultura e desenvolvimento. Para tanto, realizou-se uma leitura sistematizada do documento, considerando os conceitos-chave sobre desenvolvimento sustentável e cultura, tendo como linha de orientação a noção de que há um campo de disputas, relações de poder e de forças em torno das políticas culturais (Bourdieu, 1980/1983, 1982/1998). Três categorias de análise emergiram da leitura do documento: (a) as intencionalidades políticas relacionadas com a ideia de sustentabilidade; (b) a definição de cultura atrelada à temática do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania; (c) os obstáculos entre as políticas culturais e o desenvolvimento sustentável. Desse universo de questões, tensões, complicadores e possibilidades, espera-se enfrentamentos no campo das disputas pela cultura e reflexões sobre os planos estratégicos municipais de cultura em Portugal que não se limitem à organização combinada de palavras para formação de uma mera peça jurídico-normativa.

PALAVRAS-CHAVE

políticas culturais, planos estratégicos municipais de cultura,
desenvolvimento, sustentabilidade, cidadania

INTRODUÇÃO

O desafio que aqui se apresenta é o de trazer subsídios teóricos para práticas e ações no campo denominado de “políticas culturais”, sem a arrogância da imposição de receituários para trajetos do desenvolvimento local e sustentável, visto que estes devem ser construídos por uma configuração horizontal, participativa, solidária, cooperativa e de trocas.

Este esforço visa apresentar a relevância do documento *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015) na definição de políticas culturais em Portugal para a década 2020–2030. Na tentativa de encaminhar respostas, assume-se o compromisso com o debate sobre políticas culturais, para contribuir com a tomada de decisões da administração local na elaboração de seus planos estratégicos municipais de cultura (PEMC).

O documento analisado suscita questionamentos de partida: qual o significado atribuído ao termo “sustentabilidade”? Qual a perspectiva de “desenvolvimento” que está presente na proposta da agenda? Trata-se de um modelo para ações sobre políticas direcionadas à cultura? De que forma esta cooperação pode propor as mediações no campo de disputa pela cultura?

Os questionamentos trazem a possibilidade de evidenciar as intencionalidades do documento e problematizar o argumento teórico de orientação deste, o que reverbera no seguinte problema: que fundamentos teóricos estão implicados nesta orientação, apresentada como um contributo para o desenvolvimento cultural da humanidade?

Do problema posto, o objetivo desta pesquisa foi identificar a correlação entre os enunciados contidos na agenda da *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015) e o campo de conhecimento sobre cultura e desenvolvimento. Esta pretensão limita-se aos apontamentos sobre as intencionalidades da agenda, tensionando o papel da cultura, que ultrapassa formas, padronizações e imposições de modelos, visto que é livre, criativa e indisciplinada.

Esta reflexão se circunscreve aos “compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis” assumidos no contexto da agenda estabelecida no documento *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015), resultado de um conjunto de atividades efetivadas pela Comissão da Cultura da associação mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

A CGLU é uma plataforma que envolve diversos representantes de cidades, organizações e redes, em escala global, que tem a intenção de promover espaços e ferramentas facilitadoras de aprendizagem, cooperação, políticas, redes e programas de desenvolvimento sustentável por intermédio da cultura.

A cultura, no contexto da *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015), se traduz como um campo de disputas econômicas, sociais, políticas, subjetivas, simbólicas para alavancar processos de desenvolvimento que estabeleçam dinâmicas de ordem local e regional em bases e princípios pautados na sustentabilidade.

Para responder à pergunta posta por esta pesquisa, realizou-se uma leitura sistematizada do documento, considerando os conceitos-chave sobre desenvolvimento sustentável e cultura, tendo como linha de orientação a noção de que há um campo de disputas, relações de poder e de forças em torno das políticas culturais, nos termos apontados por Pierre Bourdieu (1980/1983, 1982/1998).

As informações utilizadas sobre a Agenda 21 da Cultura foram extraídas do texto *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015). O capítulo foi organizado em três frentes argumentativas que se convergem na apresentação: (a) intencionalidades políticas relacionadas com a ideia de sustentabilidade; (b) definição de cultura atrelada à temática do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania; (c) obstáculos entre as políticas culturais e o desenvolvimento sustentável.

SUSTENTABILIDADE: AS INTENCIONALIDADES DA AGENDA CULTURA 21: AÇÕES

O documento *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015) é resultado de inúmeras atividades, reuniões e seminários realizados em diversas cidades do mundo — Bruxelas, Novi Sad, Santiago do Chile, Dakar, Alma, Lyon, Milão, Hildesheim, Montreal, Newcastle, Bilbao, Cidade do México, Tunis, Haikou, Belo Horizonte, Bogotá, Concepción, Gabrovo, Jeju, Talca e Vaudreuil-Dorion — com a prospecção de formatar a cimeira da cultura da CGLU: “Cultura e Cidades Sustentáveis”, aplicável para todas as cidades em tom de compromisso de constituição de cidades sustentáveis, em que a cultura se apresenta como parte integrante e indispensável do desenvolvimento local e regional, com impactos na ordem mundial.

A iniciativa começou em 2012 quando a CGLU instituiu uma comissão de cultura, na qual participam igualmente cidades, interessadas e inscritas, de todos os continentes. O documento foi redigido entre os períodos de junho de 2013 e março de 2015 envolvendo cidades membros, entidades parceiras e peritos.

A proposição comporta cinco macro-pretensões que envolvem (a) a integração entre cidadania, cultura e desenvolvimento sustentável; (b) a

celebração de compromissos e ações que assumam o caráter internacional da agenda, estes devidamente realizáveis e mensuráveis; (c) a operacionalização das ações como complemento das propostas que antecedem a agenda *Cultura 21: Ações*; (d) o fortalecimento do papel das cidades — instâncias de elaboração e implementação de políticas — e dos governos locais com a finalidade de aplicação dessas experiências com e para o cidadão; e, por fim, (e) a contribuição para a definição de uma agenda para o desenvolvimento sustentável no sentido de reforçar e realçar o papel da cultura nesses esforços de transformação.

Estas macro-pretensões têm a intenção de transformar as cidades em cidades sustentáveis, em escala mundial, e são pautadas por um conjunto de ações estruturadas em três eixos-guia: (a) renovação do compromisso de manter unidas as cidades e governos locais para que possam efetivar a promoção/defesa da cidadania, da cultura e do desenvolvimento sustentável; (b) complemento das orientações sobre políticas públicas de cultura existentes em outros documentos elaborados pela CGLU para o desenvolvimento cultural da humanidade; (c) estabelecimento de compromissos concretos com a cultura, explicitamente traduzidos numa ferramenta aplicável para todas as cidades, que valorizem os conhecimentos, intercâmbios de boas práticas e formatação de uma rede global envolvendo cidades, governos locais e líderes.

As pretensões presentes na agenda são valores de partida que estão associados às concepções de democracia. No campo de disputa da cultura, os eixos-guia pressupõem a superação da dicotomia direita–esquerda ou mercado–estado. A cultura foi elevada à categoria central para o desenvolvimento sustentável, a partir da efetivação de experiências práticas concretizadas nas cidades, por governos locais, universidades, organizações internacionais, agentes culturais, movimentos sociais e comunidades.

O entrecruzamento dos termos “cultura”, “direitos” e “cidadania” aparece em perspectivas harmônicas e integrantes de um processo que propõe transformar a realidade da cidade, realçando que “os bens e serviços culturais não são mercadorias como as outras” e se comprometem em não reduzir a cultura ao valor econômico, visto que, se assim o for, se “limita ou anula a sua dimensão enquanto bem comum e, portanto, a sua capacidade de transformação” (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015, p. 12).

Deste entrecruzamento, o documento revela suas intencionalidades, denominando-as de “valores subjacentes” — valores que estão subentendidos ou implícitos na proposição — e apresenta os princípios de partida para que os fatores culturais ganhem a centralidade nos processos de

desenvolvimento sustentável, bem como estabeleçam as responsabilidades aos governos locais.

Os valores subjacentes dão forma às pretensões da agenda e se acomodam em palavras-chave intermediadas por um discurso de ordem, no sentido foucaultiano, para conjugar unidade e origem de seus enunciados apontados para um foco e coerência (Foucault, 1971/1996).

O *Cultura 21: Ações* pode ser referência de partida para governos guiados tanto pela lógica do mercado, quanto pela lógica do Estado, ou de parcerias público-privadas (desde que esses governos assentem em princípios pautados pela cidadania, direitos, acesso à cultura, participação, elegibilidades e representações, transparências) dentro de estatutos elaborados a partir de concepções tidas como democráticas.

Quando descontextualizadas da realidade local, as palavras-chave que descrevem os valores subjacentes da proposta do documento não provocam nenhum tipo de transformação concreta, que fortaleça o campo de disputa que age ou interage sobre a cultura. As disputas políticas e ideológicas no (e do) campo da cultura não são explicitadas na trama do documento.

Este, por si, adquire status de conjugações de palavras que podem significar tudo ou nada. Entretanto, pode superar a acomodação das palavras que emolduram a ordem da lógica de disputa e de poder em torno dos valores subjacentes, potencializando crenças, línguas, conhecimentos, artes, identidades, fazeres e sabedorias locais, em suas dimensões práticas.

O local e o rompimento com as hierarquias verticalizadas são condicionantes da agenda que fortalecem a relação entre cultura, cidadania e sustentabilidade. Essas condições estão destacadas nas preocupações dos valores subjacentes deste guia prático em macro-pretensões e eixos-guia para orientar os compromissos a serem creditados pelos utilizadores da agenda 21 da cultura.

A agenda destaca nove compromissos: (a) direitos culturais; (b) patrimônio, diversidade e criatividade; (c) cultura e educação; (d) cultura e ambiente; (e) cultura e economia; (f) cultura, equidade e inclusão social; (g) cultura, ordenamento urbano e espaço público; (h) cultura, informação e conhecimento; (j) governança da cultura. Cada secção se desdobra em ações (de 10 a 12), apontando para um conjunto de 100 possibilidades de intervenções para o local.

As secções conjugam a presunção de promover um “novo conceito de ‘coisa pública’ baseado na ideia de ‘compromissos’ entre o estado (...) e os diferentes agentes da sociedade” e se prestam à orientação para o trabalho

“dos governos locais (...), permitindo-lhes autoavaliar o grau de cumprimento desta e promovendo uma melhor implementação das políticas e estratégias públicas” (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015, p. 12). Também anunciam configurações de palavras que estabelecem ideias sobre o significado de sustentabilidade, de desenvolvimento, de cidadania e de cultura.

A Tabela 1 apresenta a aproximação das palavras-chave do texto da agenda com as ideias constitutivas dos valores subjacentes, que evidenciam princípios de sustentabilidade, desenvolvimento, cidadania e cultura.

PRINCÍPIOS	PALAVRAS-CHAVE	IDEIAS CONSTITUTIVAS
Sustentabilidade	Cidade sustentável; cultura plural; democracia cultural; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento turístico; dimensões da vida comum; diversidade; diversidade biológica; diversidade cultural; espírito de corresponsabilidade; estratégias multiculturais e interculturais; inserção social; oportunidades; ordenamento urbano; patrimônio biológico agrícola; políticas culturais; políticas locais; políticas públicas; vida comunitária; vida cultural	A conjugação de valores interligados, interdependentes e correlatos no campo das disputas culturais, ecológicas, sociais e econômicas, conectadas com políticas de continuidades que superem a ordem dicotômica mercado versus estado, permitindo a emergência de experiências, sinergias e parcerias de transformação interposta por diferentes interlocutores
Desenvolvimento	Administração local; atenção aos grupos e pessoas mais vulneráveis; comunicação social; conectividade; dimensão cultural do desenvolvimento; economia dos bens comuns; economia sustentável; empreendedorismo; existência comunitária; turismo; governança; governança da cultura; inclusão social; indústrias culturais e criativas; inovação social; local; mediação cultural; metodologias abertas e participativas; sociedade civil	A capacidade da economia harmonizar os recursos locais, por meio da cultura, em seu sentido mais amplo imaginado, para promoção de desenvolvimento que incorpore distribuição, segurança e estabilidade econômica integral para renovar e criar acesso ao emprego e a inserção social, em contraposição ao crescimento econômico
Cidadania	Acesso; associação; bem-estar; ativa; contribuição; cooperação; dignidade; direito à diferença; direitos culturais; direitos humanos; doação; equidade; espaço público; exercício de direitos interação; liberdade; participação; participação das mulheres; partilhada; práticas culturais; projeto coletivo; reciprocidade; resiliência; responsabilidades; sentidos coletivos; sustentabilidade	Possibilitar aos cidadãos o exercício ativo de seus direitos, tendo como critério norteador a participação e o diálogo, no sentido de atuação direta nas decisões coletivas relativamente à totalidade das dimensões da vida comum, enfatizando o local, a cultura, a identidade, a criatividade, a diversidade, a biodiversidade, o acesso ao conhecimento, as responsabilidades, o exercício de direitos e as liberdades

Cultura	Aprendizagem; capacidades criativas; capacidades tecnológicas; comunidade educativa; conhecimento; crenças; criação cultural; criatividade; cultura do quotidiano; diálogo entre tradição e inovação; educação e aprendizagem permanente; experiência; formação contínua; identidades; ofícios tradicionais; património; território; transversal; troca; valores; valores estéticos	A conjugação de valores, crenças, línguas, conhecimentos, artes e sabedorias que, individual ou coletivamente, favorece o sentido às coisas do lugar, do cotidiano e do simbólico, às diversidades, às liberdades, permitindo perceber, interpretar e transformar a realidade, em especial às situações de vulnerabilidade
---------	---	--

Tabela 1 *Indicadores de palavras e ideias constitutivas da agenda Cultura 21: Ações*

Do ponto de vista do discurso da ordem ou da ordenação das ideias que promovem a unidade e a coerência do enunciado, o documento apresenta uma disposição de palavras-chave que enunciam o que se convencionou chamar de “democracia”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento”, “cidadania” e “cultura”.

Estas palavras desconectadas de contextos políticos, do mundo vivido e concreto, da realidade do local, de ações que promovam a superação das desigualdades (raça, gênero, lugares, pobreza, diferenças, diversidades institucionais, sociais, simbólicas) potencializam discursos vazios, meramente retóricos e de convencimentos.

Ressalta-se que nas tensões entre o documento elaborado e o exercício prático há uma disputa política sobre a cultura que merece vigilância constante para se evitar a retórica. A agenda em questão deve estimular práticas de desenvolvimento integral e efetivo, de base regional e local, para além das aspirações determinantes do crescimento econômico.

DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA: APROXIMAÇÕES COM A CULTURA

Trazer à tona uma definição de cultura não se converte em tarefa tranquila, mais difícil ainda quando associada aos temas do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania. Lévi-Strauss (1952/1973), em *Raça e História*, apresentou uma correlação entre cultura e desenvolvimento para efetivar distinções sobre seus modelos e padronizações face às diferenças e diversidades que a cultura impõe. Para este autor, há o pressuposto de que as culturas estabelecem diferenças entre si, mas não há hierarquização, pois não as concebe como superiores ou inferiores.

Realidades circunscritas à ordem cultural moderna carregam concepções de desenvolvimento comprometidas com as noções de crescimento econômico e de progresso, inferiorizando culturas, lugares, grupos e estilos de vida que não acompanham essa mesma lógica, considerando essas outras formas como “atrasadas”.

A sustentabilidade, o desenvolvimento e a cidadania pelos meandros da cultura ganham potencial para acessar fazeres, saberes, técnicas, patrimônios materiais e imateriais, desprezados pelo modelo dominante de desenvolvimento.

Dentro dessa dinâmica, a cultura pode viabilizar a valorização da vida ordinária, ordinária no sentido proposto por Williams (1981/1992), participativa, solidária, cooperativa e de trocas, contrapondo à condição sociocultural do capitalismo pós-industrial (Harvey, 1979/1993) e à passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores e de vida a crédito (Bauman, 2009/2010).

No contexto enunciado, face à conexão entre cultura e desenvolvimento, empresta-se a definição de cultura descrita por Carvalho (2013) como sendo um “circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões-modelo, modalidades de existência, saberes” (p. 49).

Na justaposição de Williams (1981/1992), Harvey (1979/1993), Bauman (2009/2010) e Carvalho (2013), ainda que partam de pontos teóricos distintos, convergem ao apresentar a contemporaneidade como um cenário de constantes mudanças e a cultura, na sua dinâmica, como produtora de sentidos e valores, mas também legitimadora de ideologias.

Ao crivo da agenda *Cultura 21: Ações*, a defesa da sustentabilidade, do desenvolvimento e da cidadania implica a manutenção de uma agenda política que ultrapasse interesses partidários e vontades institucionais — estatais e mercadológicas —, resultando em ações, atitudes, movimentos, posições e expressões inscritas no respeito às diferenças e às diversidades (bio)culturais.

Na predisposição dos valores subjacentes da agenda é possível visualizar formas e modos de gestão compartilhadas entre estado, mercado, sociedade civil, movimentos sociais, movimentos culturais, comunidades rurais e outros atores do desenvolvimento local na busca pela superação das distâncias socioeconômicas e possibilidade de extinção das marcas autoritárias incrustadas na nossa realidade.

A agenda da cultura oferece parâmetros para a elaboração de um programa de políticas culturais que incorpore demandas do campo da

diversidade, da diferença e do local. Traz ainda à centralidade das ações as demandas das comunidades rurais, dos saberes e fazeres tradicionais, da preservação do ecossistema, da cultura material e imaterial e das desigualdades socioeconômicas.

As políticas culturais não podem ficar à mercê das alternâncias de governo ou de interesses mercadológicos, especulativos ou higienizadores. Sua descontinuidade pode prejudicar seu potencial de facilitador de um desenvolvimento que impulse as coisas do local. A defesa da cultura demanda dos atores e agentes do desenvolvimento escolhas que esclareçam a concepção de desenvolvimento que será privilegiada. Para que a cultura seja capaz de promover e promulgar emancipações, autonomias, experiências, solidariedades, tradições, traduções, produções simbólicas e de subjetividades, é indispensável o seu estreitamento com o projeto político priorizado.

Imaginar o desenvolvimento fora da lógica da relação capital versus trabalho ou da liquidez das relações contratuais modernas (Bauman, 2009/2010) implica decifrar o significado-ressignificado, o classificado-desclassificado-reclassificado e o negociado-renegociado dentro do universo polifônico das disputas pela cultura, perspectiva que não a distancia dos anseios atribuídos no progresso econômico, enquanto recurso de produção cultural (Yúdice, 2003/2004), objeto de investimentos pelas agendas políticas e socioeconômicas.

A cultura também é (re)elaboração e (re)produção das coisas da vida, em que o local está sendo levado a propor outros significados—ordenações—sentidos à produção, ao consumo, à estrutura social e à linguagem. Este movimento no campo de relações culturais não é pacífico e nem estável, visto que atores, individuais ou coletivos, tecem estratégias que constroem, reconstroem e preservam identificações e identidades, mesmo diante desses quadros polifônicos.

Partindo das concepções contidas na agenda *Cultura 21: Ações*, os futuros planos culturais das cidades portuguesas devem apostar que os diálogos iniciais para suas formatações pressuponham compromissos, ações e propostas em contraposição às concepções de crescimento econômico. A aposta no desenvolvimento que visa eliminar as concorrências, competições, cultura da individualização, lutas de todos contra todos, pode evitar que a cultura seja lançada à sorte um campo de disputa em que os mais fortes vençam às custas dos sacrifícios dos mais fracos.

A constituição da ordem política, econômica e social nos moldes em que está posta é incapaz de estabelecer igualdade e justiça social. Aos olhos

de Godelier (1996/2001), a cultura ocidental traz consigo um panorama de exclusão na base “de um sistema econômico que, para permanecer dinâmico e competitivo, deve ‘enxugar’ as empresas, reproduzir os custos, aumentar a produtividade do trabalho” (p. 7). Pelo raciocínio do autor se apresenta um paradoxo impregnado na lógica das sociedades industriais capitalistas: a concepção de sucesso atrelado à competição em busca do ter e, por intermédio dessa luta, a economia “é a principal fonte de exclusão dos indivíduos [que] não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça a longo prazo de exclusão da sociedade” (Godelier, 1996/2001, p. 8).

Em Dubet (2000/2003), vê-se que as desigualdades são consequências do desenvolvimento e se salienta que as desigualdades pré-modernas se abreviaram, mas as desigualdades funcionais, na modernidade, não foram equacionadas. Neste campo de tensões produzidas por nosso tempo, as desigualdades se multiplicaram.

No horizonte de um marco plausível de igualdades, sem perder de vista efetivações de exercícios de direitos, diversidades e diferenças, novas demandas emergem (das mulheres, das pessoas com diversidades funcionais, dos idosos e idosas, da comunidade LGBTQIAP¹, das negras e negros, do corpo, da estética, da performance) apontando que somos indivíduos plurais, demandas que transcendem questões de classes.

O desenvolvimento meramente econômico produz um quadro de desigualdades e, pela ótica de Dubet (2000/2003), não abranda as desigualdades sociais existentes. Ao contrário, agravam-se sobretudo em países caracterizados como periféricos e grupos sociais à margem da ordem estabelecida, cujas experiências vividas, quando não são apagadas, ganham o estigma de atrasadas ou descompassadas do projeto majoritário. A consequência desse jogo aumenta as tensões nas relações socioculturais, dificulta o acesso às políticas públicas, direitos, economia e, ao fim, de modo genérico, promove privações à liberdade, de acordo com a compreensão de Sen (1999/2010).

A aposta é que a cultura e o local têm condições de efetivar a manutenção dos laços afetivos, de trocas, de parentesco e de solidariedade entre membros da comunidade e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento, este sustentável, local e cidadão.

¹ Trata-se de sigla que aponta para a abrangência de pessoas lésbicas, gays, bi, trans, queer-questionando, intersexo, assexuais-aromânticas-agênero, pan-poli, e mais, as quais não podem estar invisíveis às políticas públicas culturais ou nas disputas presentes no campo da cultura.

OBSTÁCULOS ENTRE AS POLÍTICAS CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agenda *Cultura 21: Ações* é um parâmetro e um instrumento prático de orientação para que os municípios elaborem seus planos estratégicos de cultura, partindo de um conjunto de compromissos de escala global circunscritos ao que entendemos por desenvolvimento. Em seus parâmetros ou métricas para minimizar os efeitos nocivos da lógica da competição, a agenda prioriza os princípios que regem o mercado, os quais se replicam na esfera regional e local na compreensão de cultura.

As concepções de sustentabilidade, cidadania e local não devem ser alocadas como pano de fundo nas práticas efetivas das políticas culturais. Também não devem servir como mero recurso discursivo de adaptação às diretrizes estratégicas — normativas de organização sociocultural contemporânea. Compete aos agentes do desenvolvimento local impedirem que a cultura se instale dessa forma, ou seja, como simples retórica de sustentabilidade.

Uma plataforma de desenvolvimento sustentável requer que a manutenção de todas as formas de vida esteja na centralidade desse projeto, superando a idealização de progresso como sinônimo de crescimento econômico. Nesse sentido, desenvolver políticas culturais que fomentem o turismo, a preservação do patrimônio, a criatividade, os saberes, a tecnologia, o trabalho, os direitos e a cidadania, exige que a manutenção de todas as formas de vida seja princípio essencial.

A disputa na contramão do crescimento econômico no campo da cultura se impõe como elemento plausível de desenvolvimento sustentável e fortalece os compromissos firmados pela *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015, p. 16), ou seja: (a) direitos culturais; (b) patrimônio, diversidade e criatividade; (c) cultura e educação; (d) cultura e ambiente; (e) cultura e economia; (f) cultura, equidade e inclusão social; (g) cultura, ordenamento urbano e espaço público; (h) cultura, informação e conhecimento; (i) governança da cultura.

A sustentabilidade está presente na vida ordinária (cultura, educação, conhecimento, informação, saberes, economia, inclusão social, criatividade, direitos, diversidade, biodiversidade, ordenamentos urbanos, espaços públicos, governança, simetrias) e para produzir sentidos ao lugar e às pessoas deve fortalecer as trocas, a ruralidade, as tradições, horizontalidades e laços comunitários, abafados pelas escolhas de desenvolvimento.

Ao considerar a cultura como campo de disputas, três obstáculos foram identificados nas interfaces entre cultura e desenvolvimento: (a) a noção hegemônica sobre desenvolvimento; (b) as tentativas de padronização da

cultura a partir de um ponto cêntrico-espelho; (c) a (hiper)valorização do eu e a constante negação do outro e do nós.

Da perspectiva do desenvolvimento, na origem de sua constituição, há um vínculo atávico com a produção de bens industriais e crescimento econômico das nações e das corporações, forjado pela concorrência, disputa e competição em que os fortes se sobrepõem aos mais fracos. Guardadas as intencionalidades e pretensões de cada autor, os trabalhos de Schumpeter (1934/1982), Smith (1776/1982) e Furtado (1974) apresentam material para leitura do que denominamos de “progresso”, “sociedade moderna”, “racionalidade”, “secularização”, “ordem”, “modo de produção industrial”, “hierarquização”, “classes”, “Estado” e “mercado”.

Para Pimenta (2014), o desenvolvimento é “crescimento ou expansão gradual. (...) Passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado. (...) Adiantamento, progresso. (...) Extensão, prolongamento, amplitude” (p. 49) e desde a sua concepção etimológica está comprometido com determinada definição de “evolução” ou de “ordem social”. Pressupõe estágios no interior dos padrões de organização da sociedade estabelecidos pela métrica da racionalidade moderna industrial e ocidental, a qual leva de arrastão todas as experiências fora desse quadrante de relações sociais, culturais, políticas, simbólicas, imaginárias e, sobretudo, econômicas.

Na correlação de forças entre o sustentável e o crescimento econômico, o desenvolvimento fornece suporte à sociedade moderna industrial, cada vez mais comprometida com as transformações advindas dos avanços tecnológicos e informacionais, o que representa, não sem disputas, um disjuntor que preserva a saúde do mercado em detrimento da justiça social, principalmente nos momentos de convulsões. Em diversas perspectivas e nuances (sustentável, responsável e local) se apresenta como um termômetro dos limites, parâmetro aceitável da qualidade de vida de uma determinada sociedade.

As modelizações de desenvolvimento ou de crescimento econômico não superam a realidade presente no mundo (pobreza, miséria, deslocamentos humanos, fome, violência, insegurança alimentar, desemprego, privações de todas as ordens, opressões, etc.), face aos entraves político-socioeconômicos resultantes de suas próprias pretensões.

O ponto cêntrico-espelho da perspectiva da padronização da cultura é a força e o poder de sedução dos elementos substantivos que formatam a

cultura global. Vê-se um processo de “McDonaldização”², no sentido apresentado por Featherstone (1995/1997) de “desmanche da cultura” em que se confrontam as dimensões do global e do local. As seduções e os apelos da cultura global estão implicados em um sistema de produção material e simbólica, o qual promove estilos, modos, gostos, estéticas, performances, códigos e formas voltados ao consumo, marca e mercado.

Ao considerar o raciocínio posto por Sousa Santos (2000), este movimento global pressupõe o desperdício da experiência das coisas do lugar. Já a valorização do local se conecta como uma possibilidade de minimização dos efeitos socioeconômicos da sociedade industrial, tecnológica e informacional. Aposta-se no local por ser uma das saídas disponíveis para minimizar a padronização imposta pelo global.

Da compreensão da cultura como um circuito que envolve ordem—desordem—interação—organização (Carvalho, 2013), multiplicam as necessidades de critérios políticos, cuidados epistêmicos e vigilância dos fundamentos do desenvolvimento, da sustentabilidade, da cultura, da cidadania e da democracia. Esse exercício não deve perder de horizonte as mudanças convencionadas no próprio jogo das relações sociais, sobretudo para evitar que a natureza, pessoas, lugares e coisas se vejam alijadas de usufruírem de direitos instrumentais e substantivos (sociais, culturais, políticos, econômicos, simbólicos, ambientais).

Em outros termos, não se está propondo jogar fora a liberdade e a igualdade do campo do contrato social ou do direito. Se está questionando sobre o alargamento de possibilidades que permitam a valorização de práticas e experiências abafadas na história das dinâmicas e constituições das sociedades, em diferentes tempos.

Da perspectiva da (hiper)valorização do eu e a constante negação do outro e do nós instaura-se um padrão formativo pautado no esvaziamento do ser social e de despolitização disparado pela engrenagem dos processos de individualismo, competição e concorrência propostos na estratégia de gestão do seu próprio sucesso. Há convergências com os processos de homogeneização e padronização da cultura a partir de um ponto cêntrico-espelho, mas não são a mesma coisa.

A competição e a concorrência fomentam o individualismo, o eu enquanto procedimento de atuação no mundo. Essa forma de atuar no mundo pauta-se na busca de estratégias e soluções para resolver problemas individuais (e não em demandas coletivas) e é definidora do que é ser e

² Para aprofundar, ver George Ritzer (2000).

estar no mundo. A naturalização da competição–concorrência tem apelo face às idealizações que o consumo oferece. O eu só existe, se ele é capaz de consumir. A vida só é vivida se for vivida para o consumo.

Além de consumir, o indivíduo também se torna um produto a ser consumido e cabe a ele (e somente a ele) se tornar o produto mais valorizado. Nesse jogo, desloca-se para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da sua vida, resultado de maior ou menor esforço. Esse movimento ideológico dificulta pensar políticas culturais dentro de princípios de sustentabilidade.

Diante desse quadro, o local se apresenta como uma possibilidade de evidenciar outras formas de organização em confronto às sociedades que reforçam o individualismo e o consumo. Pergunta-se: de que forma os PEMC suplantam o individualismo, a competição e a concorrência, métricas de apoio ao desenvolvimento econômico?

A resposta que os planos devem apresentar não é fácil, visto que as sociedades industriais-urbanas determinam (não sem contradições, tensões, conflitos e enfrentamentos) os formatos de organização societária. O local (pautado em princípios de coletividade, sustentabilidade, solidariedade, cooperação, confiança, segurança, troca, bem viver, tradição, pertencimento) se configura como alternativa.

Nas encruzilhadas da cultura, dentro desse contexto de pressões entre competição–concorrência e cooperação–solidariedade como estratégias de organização social, as dimensões do eu diante do outro e do nós devem ser tratadas pelos processos formativos no interior do sistema social de comunicação, considerando que estamos experimentando transformações na base da estrutura da sociedade moderna, para o bem e para o mal.

Por essas veredas se abrem traçados dos quais podem emergir novos códigos, cogitos, linguagens, símbolos, signos, ainda não capturados no imaginário (da posição apresentada por Godelier, 1996/2001, que subcreve a predominância do imaginário sobre o simbólico), e se credita a consciência ou a indignação consciente da humanidade como caminho de ressignificações do eu para que se respeite o outro na integralidade e se fortaleça o sentido do nós.

Não há espaço para ingenuidade, pois os elementos do jogo se constituem no ato de jogar e o tabuleiro está posicionado num estágio abaixo da compreensão da realidade dada ou posta, o que não ilumina um trajeto de reconhecimento do outro ou do eu no outro. Contudo, há espaços, mesmo diante das incertezas do nosso tempo, que afloram tentativas (referência às sugestões da agenda *Cultura 21: Ações*) a partir das atuais disputas de poder

e de força no campo da cultura para futuras estabilizações socioeconômicas e político-ambientais que permitam as configurações do nós.

Como complicadores, para além dos três obstáculos indicados anteriormente, se somam as concepções de Estado mínimo e de democracia contemporânea. O Estado, de mãos dadas com o mercado, cada vez mais tem mostrado não conseguir dar respostas às demandas da sociedade e, conseqüentemente, tem se retirado da cena interventiva para se tornar espectador de todas as responsabilidades inerentes às suas obrigações, por meio de concessões ou regulações. A democracia se distanciou do governar para o povo e pelo povo assumindo concepções de mera defensora das regras do jogo (Bobbio, 1984/1986).

A cultura é um campo em disputa e se espera que se fortaleça e transcenda os limites da lógica dicotômica direita–esquerda e dos princípios formativos estabelecidos pela gestão do mercado, no sentido de permitir o aflorar das diferenças, das (bio)diversidades e das generosidades coletivas.

Desse universo de questões, tensões, complicadores e possibilidades espera-se: (a) enfrentamentos no campo das disputas pela cultura; (b) reflexões sobre os PEMC em Portugal que não se limitem à organização combinada de palavras para formação de uma mera peça jurídico-normativa.

Essas expectativas reforçam a ideia de que a estruturação funcional de políticas culturais, ainda que materializadas em um documento bem elaborado, não é suficiente para a promoção efetiva do desenvolvimento local, da sustentabilidade e da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentado a relevância do documento *Cultura 21: Ações* (Cidades e Governos Locais Unidos, 2015) com a pretensão de contribuir para a sistematização de políticas culturais em Portugal para a década 2020–2030, dentro do objetivo do texto de identificar a correlação dos enunciados contidos na agenda e a relação entre cultura e desenvolvimento.

A proposição circunscreve-se na leitura das intencionalidades e fundamentos teóricos implicados no documento, no qual se referem os temas da sustentabilidade, desenvolvimento, cidadania e cultura. A ênfase das respostas ao problema, objetivo e questionamentos efetivados sugere que a cultura se formata em um campo de disputa política, econômica, social, simbólica, moral que transcende a dicotomia direita–esquerda ou mercado–estado.

No esforço de síntese dos argumentos, teorias e fundamentações apresentadas, evidenciam-se dois pontos para que sirvam de alerta nas elaborações dos planos estratégicos: (a) as limitações para a formação de alternativas de desenvolvimento em outras plataformas de organização social, visto que as soluções postas à mesa partem do modelo teórico e pensamento racional dominante; (b) a cultura e o local têm potencial para estabelecer novas composições da identidade, do imaginário e da subjetividade, desde que os enunciados representem significados e sentidos ao destino da vida, da natureza e das coisas centrados no respeito à diversidade, diferenças, distribuição e geração de renda.

O ponto de partida do desafio está no reconhecimento e na efetivação de experiências práticas e concretas visualizadas nas cidades, estas fomentadas por políticas culturais e subsidiadas pelos governos locais, universidades, ativismos, organizações nacionais e internacionais, agentes culturais, movimentos sociais e comunidades.

Não se trata de um desafio somente para países, regiões e lugares periféricos, visto que a preocupação se inscreve na ordem global. Transcende as crenças no progresso e no crescimento econômico, imprimindo políticas culturais por meio de um Estado — instituição organizadora das convenções em sociedade — que não se apresente como mínimo, duro, central e totalitário, mas que esteja atento para dar respostas às urgências e premências de toda gente e de todo ecossistema, bem como permita práticas mercantis que possibilitam emergir o dom, as trocas, a solidariedade, o coletivo, a sobrevivência, a segurança alimentar e a comunidade e os laços para se evitar, enquanto princípio e fundamento, o lucro, o consumo, o mercado, a luta de todos contra todos, porque quanto mais a vida, a natureza, se circunscreve em mercadoria, na dimensão posta por Godelier (1996/2001), mais se promove a separação dela.

A relação entre desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania, pensada para a manutenção de todas as formas de vida, favorece e facilita o surgimento de outros sentidos à cultura por ser um campo de disputas. Tudo está em aberto. Não há receitas ou caminhos seguros que determinem a constituição de um desenvolvimento com sustentabilidade aceitável que incorpore as diferenças, as diversidades (bio)culturais. Esta tarefa, caminho a ser iniciado na elaboração dos PEMC em Portugal, não parece ser uma tarefa fácil, mas urgente e necessária.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito: Conversas com Citlali Rovirosa-Madrado* (A. Werneck, Trad.). Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 2009)
- Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo* (M. A. Nogueira, Trad.). Editora Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1984)
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de sociologia* (J. Vaitsman, Trad.). Marco Zero. (Trabalho original publicado em 1980)
- Bourdieu, P. (1998). *A economia das trocas simbólicas* (S. Miceli, Trad.) Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1982)
- Carvalho, E. A. (2013). Cultura e complexidade: Um trajeto antropológico. In C. A. M. Pimenta & A. S. Mello (Eds.), *Encruzilhadas da cultura: Desenvolvimento, tecnologias e sociedade* (pp. 49–69). Cabral Editora.
- Cidades e Governos Locais Unidos (2015). *Cultura 21: Ações*. http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf
- Dubet, F. (2003). *As desigualdades multiplicadas* (S. Miola, Trad.). Editora UNIJUI. (Trabalho original publicado em 2000)
- Featherstone, M. (1997). *O desmanche da cultura* (C. E. Moura, Trad.). Studio Nobel. (Trabalho original publicado em 1995)
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (L. F. Almeida, Trad.). Loyola. (Trabalho original publicado em 1971)
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Editora Paz e Terra.
- Godelier, M. (2001). *O enigma do dom* (E. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1996)
- Harvey, D. (1993). *A condição pós-moderna* (A. U. Sobral & M. S. Gonçalves, Trad.). Loyola. (Trabalho original publicado em 1979)
- Lévi-Strauss, C. (1973). *Raça e história* (I. Canelas, Trad.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 1952)
- Pimenta, C. A. M. (2014). Tendências do desenvolvimento: Elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, 10(3), 44–66. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>
- Ritzer, G. (2000). *The mcdonaldization of society*. New Century.
- Santos, B. S. (2000). *Crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Editora Cortez.

- Schumpeter, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico* (M. S. Possas, Trad.). Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1934)
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1999)
- Smith, A. (1982). *A riqueza das nações* (L. J. Baraúna, Trad.). Abril Cultural. (Obra original publicada em 1776)
- Williams, R. (1992). *Cultura* (L. L. Oliveira, Trad.). Editora Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1981)
- Yúdice, G. (2004). *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global* (M. A. Kremer, Trad.). Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 2003)

Citação:

Pimenta, C. A. M. (2021). Cultura e desenvolvimento. Apontamentos sobre a agenda *Cultura 21: Ações*. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 207–224). CECS.